

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa, ("Instituto"), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013, (que evidencia um total de 124.290.478,94 euros e um total de Fundos próprios de 62.738.487,50 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 304.150,47 euros), a Demonstração dos resultados por natureza do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, analisámos a conformidade dos Mapas de execução orçamental (que incluem os Mapas de controlo orçamental da despesa e da receita, o Mapa de fluxos de caixa, os Mapas de descontos e retenções, o Mapa de desenvolvimento das despesas com o pessoal e os Mapas do orçamento anual da despesa e da receita) para o exercício findo naquela data, incluindo o período complementar.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Gestão do Instituto a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Instituto, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Gestão, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

- 7. O Instituto procede à especialização de diversos custos e proveitos considerando a data em que a respetiva obrigação ou direito se concretiza. Contudo, o tratamento contabilístico dado aos projetos de investigação assenta numa base de caixa. Face ao acima exposto, não nos encontramos em condições de aferir os impactos que a correta aplicação do princípio da especialização dos exercícios teria nas demonstrações financeiras do Instituto em 31 de dezembro de 2013.

Opinião

- 8. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa para o período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o Setor da Educação em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

- 9. É também nossa opinião que a informação financeira constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 28 de abril de 2014



HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Carla Manuela Serra Galdes (ROC 1127)